



TRAGÉDIA NO SUL

» Entrevista | PAULO PIMENTA | MINISTRO DA SEC PARA RECONSTRUÇÃO DO RS

Tão logo foi nomeado como responsável por fazer a ponte entre o governo federal e o estado do Rio Grande do Sul, ele se mudou para Porto Alegre. Gaúcho, o ex-ministro da secretaria de Comunicação Social da Presidência diz que quer estar perto de sua gente

Minha relação com o governador é excelente

» HENRIQUE LESSA
Enviado Especial a Porto Alegre

Responsável por coordenar a ajuda federal ao Rio Grande do Sul, o ministro-chefe da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, diz que o sistema de combate às cheias de Porto Alegre acabou falhando e se tornou parte do problema. Para Pimenta, a União

poderia se encarregar dessas políticas e estruturas de prevenção, como aconteceu no passado, mas lembra que, há mais de 30 anos, durante o governo de Fernando Collor (1990-1992), essas estruturas foram municipalizadas.

Gaúcho de Santa Maria, o petista diz que está com o coração dolorido e molhado, mas é fortemente cotado como o candidato do partido ao governo estadual

em dois anos. Sobre o assunto diz que o momento não é para esse debate e refutou matérias da imprensa que sugerem qualquer ruído dele com o governador Eduardo Leite (PSDB). O ministro diz que a forma de se fazer política no estado, na atual situação, não dá espaço para divisões nas forças políticas locais.

Confiante na reconstrução do estado, Pimenta aposta que o pacote de ajuda federal dará as

respostas que a população gaúcha espera e garante que após a conclusão da "missão" confiada pelo presidente Lula, retorna para a Secretaria de Comunicação do governo petista. O ministro recebeu a reportagem do Correio, ontem, no hotel, em Porto Alegre, onde vive há mais de 20 dias, desde que chegou para coordenar as medidas do governo federal no atendimento ao Rio Grande do Sul.

Qual é a avaliação federal sobre as enchentes do RS?

A enchente não é linear, ela se deslocou. Ela começou pela região de Santa Maria, que chegou a ser o epicentro da tragédia, depois ela se deslocou para o Vale do Taquari, até que ela chegou na Região Metropolitana e agora segue em direção a zona Sul do estado. Assim estamos vivendo diferentes etapas, na região central já estamos na fase de reconstrução. Mas aqui em Porto Alegre aconteceu um fenômeno diferente de qualquer outra enchente, com a água ultrapassando os diques de proteção. Como esses diques não conseguiram evitar que as águas entrassem, agora temos a situação inversa, a água não vai sair se não for expulsa. Se esperarmos evaporar, isso pode levar meses. São situações diferentes em diferentes regiões, todas elas precisam da presença do estado além de voluntários. Tem ainda muito trabalho pela frente.

Dezoito bombas para expulsar as águas vieram da Sabesp de SP, por que não existe o equipamento no RS ou com a União?

Existem mais de 50 bombas funcionando nesse momento. O governo federal autorizou que as prefeituras colocassem em seus planos de trabalho as bombas. Todas as cidades alagadas estão com bombas contratadas e, além destas, há as bombas da Sabesp, e da Petrobras, que já estão trabalhando. Mas ainda estamos trazendo mais equipamentos do Ceará. Precisamos lembrar que as Forças Armadas foram fundamentais para trazer, com caminhões e aeronaves, esses sistemas de bombas.

O sistema não funcionou?

Esses sistema de bombas é dos anos 1970, 1960, ele não foi projetado para enfrentar uma situação como o rompimento do dique ou o transbordamento da água, o dilema pós-chuva é como pensar na revitalização desse sistema de proteção da região metropolitana que, obrigatoriamente, vai ter a necessidade de elevar os diques que existem, todos foram feitos para a quota da enchente de 1941, além disso, é necessária uma modernização completa do sistema das casas de bombas que, em tese, seria o mecanismo de segurança que acabou falhando e tornando-se parte do problema.

No centro de Porto Alegre não transbordou do muro, mesmo assim, antes dos seis metros a cidade inundou, por quê?

Isso é uma coisa que precisa ser apurada, mas não é função do nosso ministério trabalhar nessa apuração, mas é evidente que a Câmara de Vereadores, o Ministério Público, foros de controle e fiscalização precisam fazer estudos adequados para entender tudo isso que aconteceu.

O prefeito Sebastião Melo (Porto Alegre) disse ao Correio que a contenção de enchentes deveria ser de responsabilidade federal. O senhor concorda?

De fato, esse sistema de proteção da

região metropolitana é de responsabilidade federal. Quem fazia essa gestão era o DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento). Quando o departamento foi extinto pelo governo Collor, o sistema de proteção anoiteceu e não amanheceu. Cada prefeitura ficou com um pedaço desses diques, cada prefeitura ficou com uma parte dessas bombas e cada uma cuidou nesses últimos 50 anos de uma maneira diferente, sem uma gestão integrada, sem um trabalho de revitalização, sem um conjunto de cuidados.

Por que nas duas primeiras gestões o presidente Lula não recriou esse departamento?

Porque, quando foi extinto, esse sistema foi concedido para as prefeituras. Desde 1993 passou a ter uma gestão de cada cidade, assim como muitos serviços que foram privatizados. Na prática, em algumas cidades, sequer teve uma transição, eu não consegui encontrar documentos.

A população vem criticando os alertas de emergência, como mudar isso?

Nós estamos implementando um sistema de alertas nacional, um sistema moderno, o "cell broadcast", que hoje só cinco países do mundo têm. Está sendo desenvolvido junto com a Anatel e as companhias de telefonia. Foi exatamente depois do que aconteceu no ano passado que tomamos a iniciativa de desenvolver, está praticamente pronto para entrar em funcionamento. Será um sistema de alerta de desastres em todo o Brasil, algo que também poderia ter sido feito antes, mas o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), criado pela presidente Dilma, foi desmontado. Nós chegamos e só tinha um meteorologista no Cemaden. Precisamos começar a fazer concurso, voltar a contratar profissionais.

Quanto falta para operar?

É preciso que haja uma fase de testes e de treinamento. Temos no Brasil um sistema de defesa civil que envolve o estado e os municípios. É preciso que haja um treinamento, para quem aciona o sistema. Precisa ter um padrão, qual o nível de alerta? Precisamos ter em determinada cidade, a defesa civil do município capacitada. Ela vai receber informações da defesa civil estadual e nacional, mas quando dispara o alerta, qual o procedimento? A nossa sociedade não tem uma cultura de prevenção, diferente de outros países, onde a prevenção é algo que faz parte do currículo escolar.

Podemos estar saindo da maior enchente da história para outra estiagem?

A nossa capacidade de influência no que vai acontecer é muito reduzida. A realidade provou tudo que se discute a questão das mudanças climáticas e o que elas provocam na alteração dos regimes de chuva, o discurso negacionista

Henrique Lessa/CBpress



A nossa sociedade não tem uma cultura de prevenção, diferente de outros países, onde a prevenção é algo que faz parte do currículo escolar."



Aponte o celular para o QR code e veja a entrevista completa

caiu. O ano passado nós tivemos um estiagem severa no primeiro semestre, mas eu espero que a gente tenha, esse ano, nesse grau, pelas informações que eu tenho a situação pior já passou, tanto em excesso de chuva, como agora no sul, com a seca que nós tivemos no ano passado na região da Amazônia. O que precisamos fazer é criar um sistema público de proteção e mitigação.

A sua escolha para o ministério foi bastante criticada, por quê?

A minha relação com o governador é excelente, a minha relação com os secretários de estado é excelente, com os prefeitos das principais cidades do estado, com os deputados estaduais, é excelente, não tenho problema para trabalhar com ninguém. Talvez as pessoas que não conhecem o Rio Grande do Sul não entendam a forma como a gente trabalha. Acreditam que, por sermos de partidos diferentes não temos a capacidade de trabalhar de forma fraterna, solidária e leal, como fazemos. Eu refuto completamente essas matérias da imprensa do centro do país. São matérias de quem não conhece o RS. Não tivemos nenhum problema desde o início dessa crise. Eu falo com o governador todos os dias, e algumas vezes, mais do que uma vez por dia. Trabalhamos em regime de parceria, por exemplo na questão das bombas, o governador ligou para outros estados, e nós entramos com a logística com as Forças Armadas.

Mas o senhor é um possível candidato ao governo do estado em 2026?

Não tem nenhuma disposição ou interesse em discutir isso agora. Acho completamente mesquinho as pessoas acharem que o que se está fazendo agora, tenha por objetivo alguma

candidatura em 2026. É mais uma visão obtusa de quem não entende como é que funcionam as coisas no Rio Grande. Que fazer política para 2026 numa tragédia como essa é alguém que não entende como é que funciona a nossa cultura, o nosso jeito de fazer política e a relação de respeito que nós temos com a população, especialmente no momento de crise como esse.

Quais os principais pedidos do presidente ao senhor e como fica o estado depois de o país perder o interesse pelo estado?

Não acredito que vai diminuir o apoio nacional, ao menos do governo federal. O presidente Lula foi muito claro e concreto, a partir dos recursos já liberados e da determinação do presidente Lula em reconstruir tudo o que foi perdido na área da saúde, no Ministério da Saúde, na educação, no MEC, na habitação, do Ministério das cidades, na integração nacional, boa parte da nossa infraestrutura, a recuperação das rodovias federais, o nosso sistema de aeroportos, não tem área que não tenha uma política pública muito forte do governo. Meu trabalho aqui, em primeiro lugar, é encurtar a distância entre o Rio Grande do Sul e o Brasil. Em um segundo momento eu vou tentar reduzir a burocracia para que tudo aconteça com agilidade, o que nós precisamos fazer para que o recurso da saúde chegue logo, para que o trabalho em infraestrutura comece logo. Isso está acontecendo e funcionando bem.

Como a tragédia pode impactar a economia brasileira, especialmente a inflação?

Um fenômeno dessa natureza tem um impacto em todas as áreas da atividade econômica do estado, toda a logística foi comprometida, isso vai ter um efeito muito grave na economia. Mas não acredito que isso impacte na inflação, pois ao mesmo tempo que nós estamos vivendo essa tragédia, há a necessidade de um intenso investimento para a recuperação da capacidade do estado e um investimento para que as pessoas tenham uma capacidade de consumo para poder recomeçar. Como o governo federal está oferecendo crédito com carência, com juro zero, nós vamos ter capacidade de resolver.

O senhor trocou a Secom pela Reconstrução, não é uma escolha difícil?

O presidente Lula me mandou cumprir uma missão e vou cumprir. Eu gosto do meu trabalho na Secom, do que eu estava fazendo no governo, e pretendo, tão logo concluir meu trabalho aqui, voltar para a minha atividade. Mas para mim sempre é bom poder estar aqui no Rio Grande do Sul, mesmo em um momento como esse, cuidando das coisas que eu conheço, perto das pessoas que eu conheço e podendo de alguma forma ser útil para o estado, isso é muito importante. Mas o coração está dolorido e molhado.